



O desenvolvimento regional e a dinâmica do movimento do capital

Fabio Ricci¹

Resumo

Este artigo pretende captar algumas questões sobre um novo modelo de desenvolvimento regional. Para tal divide-se em três partes. A primeira mostra a evolução da economia regional e a herança cultural. A segunda tenta discutir as relações entre a dinâmica dos capitais e a inserção regional. Destas, tenta-se apurar a prioridade atual, atribuindo à re-organização da atuação do Estado a capacidade de dinamização econômica regional.

Palavras-chave: desenvolvimento econômico, economia regional, história regional

The regional development and the dynamics of the movement of the capital

Abstract

This article intends to catch some questions on a new model of regional development. For such it is divided in three parts. The first one shows to the evolution of the regional economy and the cultural inheritance. Second it tries to argue the relations between the dynamics of the capitals and the regional insertion. Of these, it is tried to select the current priority, attributing to the reorganization of the performance of the State the capacity more dynamic of growth regional economic.

Key words: economic development, regional economy, regional history

¹ Doutor em História Econômica. Professor do Programa de Pós-graduação em Administração-UNITAU e pesquisador do NUPES-UNITAU

Introdução: proposta de periodização

O capital, tal qual o entendemos nos dias atuais, surgiu a partir do fim da Idade Média com a consolidação de relações de produção mediadas pela separação do valor e suas formas, quais sejam, o valor trabalho e o valor produto. Esta distinção têm permanecido inalterada nos últimos cinco séculos. O que há de novo, então?

Primeiramente, é necessário compreender a existência de uma intrínseca relação entre os vários fatores de produção que interagem na mediação de valores, os quais compõem um movimento necessariamente dinâmico para a reprodução cada vez mais ampliada do capital. Caso contrário, teríamos o colapso do capitalismo.

É consenso a nossa condição periférica. Entretanto, dentro desta, existem diversidades a serem consideradas dentre as quais o Vale do Paraíba Paulista (VPP) é uma delas. Por isso, utilizaremos a região como referência para demonstrar os efeitos espaciais sobre esta do movimento dinâmico do capital.

Entendemos ser a situação do VPP privilegiada no contexto brasileiro por ser possível identificar sobre a área do mesmo as várias “ondas” de desenvolvimento do capitalismo na periferia, colocando-o, internamente ao país, primeiro como periferia, depois como centro dinâmico, e, finalmente, periferia-imediata ao centro dinâmico. Para compreender estas proposições, faz-se necessário uma breve reflexão sobre a relação centro-periferia.

O desenvolvimento do capitalismo aponta para três grandes etapas de expansão. A primeira onda de expansão compreende a primeira Revolução Industrial, com epicentro na Inglaterra (século XVI até o século XIX), cuja característica era o controle, por este país, do processo de produção e seus fatores diretos e indiretos, tais como, domínio tecnológico, mão-de-obra qualificada, energia, transporte, capital financeiro e, principalmente, aparato jurídico-ideológico.

Na periferia, os requisitos seriam a formação, quando não existisse, de um mercado consumidor e o fornecimento de matérias-primas e produtos de grande valor comercial e, necessariamente, a submissão à hegemonia da metrópole inglesa direta ou indiretamente, caso brasileiro em parte desse período por ser colônia de Portugal, e ao capital, engendrando a ampliação da acumulação primitiva do capital a partir do que se estabeleceu denominar de pacto colonial.

Nessas condições, o Brasil vai inserir-se, primeiramente, como fornecedor de açúcar e depois de ouro e metais preciosos. A região brasileira que apresenta condições para a inserção pioneira é o nordeste e, pela disponibilidade de terras, forma ali um complexo

econômico auto-suficiente, não havendo desdobramentos dinâmicos para outras regiões. Os insumos necessários para a produção do açúcar, madeira para queima e embalagem e gado para transporte e moenda eram obtidos nas zonas periféricas do plantio açucareiro, otimizando a geração de excedentes em favor da metrópole e criando condições de ocupação do interior do território.

Na segunda etapa, do ciclo do ouro, a região mineira desenvolveu um ciclo bem mais dinâmico para o mercado interno. O nomadismo da atividade viabilizou uma expansão da ocupação territorial através de atividades especializadas, como a criação de gado no sul do país, especializando-se uns na reprodução bovina, outros na engorda e outros no transporte, permitindo a redução de custos e a ampliação da demanda. O porto e alguns centros do interior do estado de São Paulo, como Sorocaba, passaram a ser os centros de distribuição de insumos necessários às atividades mineradoras.

Em ambas a retração formou uma cultura de subsistência e considerável excedente populacional que seria inserido na dinâmica do capital no final da segunda fase de expansão do capitalismo no Brasil (pós-II Guerra Mundial)².

Neste contexto, a região do VPP situa-se na condição periférica interna. Nem por isso deixou de acumular capital na sua forma mais pura, qual seja, material humano com experiência exploratória e intermediária, principalmente no período de mineração, cumprindo a função de fornecedor de produtos e serviços. De suas cidades saíram exploradores para fundar novas cidades na região mineira como Tomé Portes Del Rei que fundou São João Del Rei. As acomodações para os viajantes fizeram da região também abastecedora de víveres para os mineiros, com as culturas de arroz, milho e açúcar sendo as principais.³

A segunda onda de expansão do capitalismo, conhecida como segunda Revolução Industrial, foi marcada por um salto de produtividade impressionante, principalmente no que diz respeito às fontes energéticas e ao domínio tecnológico, permitindo a acumulação de capital a um volume jamais conhecido. A reprodução ampliada do

² A interpretação dessa dinâmica é formulada, tomando por base o fluxo e a distribuição de renda, por: FURTADO, Celso. *FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL*, 27ª ed., São Paulo, Nacional, 1998. Segunda e Terceira partes.

³ HERRMANN, L. *Evolução da estrutura social de Guaratinguetá num período de trezentos anos*. São Paulo, IPE/USP, 1986. A autora analisa a ocupação territorial do município com a cultura de sub-existência desses produtos voltada para o abastecimento interno.

capital determinou novos padrões de relações econômicas, que tiveram na exportação de capitais dos países centrais para os periféricos a sua mais expressiva manifestação. Isso foi possível graças ao estreito vínculo estabelecido entre o capital financeiro, a produção industrial e o desenvolvimento científico, formando as grandes corporações multinacionais.

A penetração nas economias periféricas deu-se em regiões de maior dinamismo econômico estabelecido pelos padrões da divisão internacional do trabalho na sua primeira fase de expansão. No Brasil, essa expansão coincidiu com o apogeu da economia cafeeira, estabelecendo para o oeste paulista novas relações de produção, notadamente pela transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado. Este, devido a precariedade das relações monetárias no país, foi marcado pelo regime de trabalho de colonato⁴.

As demais regiões do país permaneceram à margem desse processo, pois a produção de excedentes vinculados ao mercado externo era insuficiente para estabelecer “linkages”⁵ capazes de imprimir a dinâmica de transição da economia mercantil para a economia industrial. Sendo assim, a dinâmica econômica do desenvolvimento industrial terá como centro a capital paulista, estabelecendo internamente, em certa medida, uma relação centro-periferia com o restante do país⁶. A região do VPP vai, neste contexto, perder o seu dinamismo econômico do período da cultura cafeeira antes da segunda expansão do capitalismo, não dispondo de fatores de atração para a transição capitalista assalariada para a cultura cafeeira.

No entanto, estabelecida a relação centro-periferia, evidenciada pela proximidade geográfica da região ao centro dinâmico da economia

⁴ Na verdade, mais do que a transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado, tivemos a transição da acumulação primitiva do capital deslocada do setor externo para o setor interno, que consolida-se após a ascensão do governo Vargas, em 1930. Para as características da acumulação no regime de colonato ver: MARTINS, J. S. **O cativo da terra**. 4. ed., São Paulo, Hucitec, 1987. Para uma avaliação do deslocamento da acumulação ver: PEREIRA, L. C. B. **Economia brasileira- uma introdução crítica**. 2. ed., São Paulo, Brasiliense, 1986. Capítulo I-As Bases do subdesenvolvimento.

⁵ A teoria de “linkages” generalizados como fundamentação teórica para explicar a industrialização periférica, estabelece o desenvolvimento industrial heterogêneo e diversificado, implantando ao mesmo tempo diversos ramos produtivos em diferentes regiões, com padrões tecnológicos diferenciados. A respeito ver: SUZIGAN Wilson. **INDÚSTRIA BRASILEIRA. ORIGEM E DESENVOLVIMENTO**. 2000, São Paulo, Hucitec/UNICAMP, pp. 33-36.

⁶ Adotamos para esta análise a tese do núcleo dinâmico capitalista cafeeira em São Paulo, defendida por: CANO, Wilson. **RAÍZES DA CONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL EM SÃO PAULO**. 4ª ed., São Paulo, Hucitec, 1990.

brasileira e a manutenção de uma acumulação remanescente na região do VPP, podemos observar que a mesma foi beneficiada pela implantação da indústria no país. A esta situação, que denominamos de periferia imediata, teremos o estabelecimento de fortes vínculos de dependência e complementaridade da região com a capital paulista. A região irá implantar suas primeiras unidades industriais no final do século XIX, entre as quais podemos destacar a Fábrica de tecidos Santo Antônio, em São Luis do Paraitinga(1875), a Fábrica de meias de Luis Simon, em Jacareí (1879) e a Companhia Taubaté Industrial-CTI, em Taubaté (1891). Essas primeiras unidades industriais tiveram como acionistas majoritários investidores regionais. Posteriormente a região irá receber investimentos vindos da capital paulista e federal(Rio de Janeiro), principalmente de empresas estrangeiras, que irão assumir o controle das empresas existentes e fundar novas empresas.

Ao mesmo tempo em que a região passava a ter unidades industriais cujos centros decisórios ficavam fora da mesma, conservou aspectos das relações sociais formadas no período de seu auge econômico cafeeiro escravista, agregando referências de desenvolvimento econômico do centro dinâmico. Essa transição incompleta irá conservar a cultura caipira à medida que a decadência das classes agrárias dominantes se acentua, estabelecendo, em certa medida, a formação de uma cultura de subsistência geograficamente intercalada com centros urbanos decadentes.

Nestas condições o desenvolvimento urbano-industrial regional, no período que compreende do final do século XIX até meados do século XX irá agregar a mão-de-obra barata e culturalmente identificada com as relações sociais regionalmente estabelecidas, adaptando-se à vida urbana, numa expansão demográfica moderada e contínua, permanecendo disciplinada de acordo com as forças que assim o determinavam, estabelecendo o fenômeno identificado como rururbanização.⁷ Com o saturamento industrial da região metropolitana de São Paulo, no período posterior à segunda guerra, e o seu transbordamento para outras regiões do Estado, assistimos ao processo denominado de interiorização da indústria no Estado de São Paulo.

Essa interiorização criou centros dinâmicos regionais em várias locais do Estado de São Paulo, como Santos, Campinas, Sorocaba e, no VPP, São José dos Campos, que tiveram uma expansão demográfica explosiva. Esses centros formaram áreas de influência regional, estabelecendo pólos de irradiação de cultura.

⁷ MEIHY, J.C. S. B. **Vale de Lágrimas: História da Pobreza em Taubaté**. Tese de livre-Docência, São Paulo, FFLCH/USP, 1982.

A região do VPP experimentou situações diferenciadas nesse processo⁸. São José dos Campos, pela sua localização dentro do raio de ação que possibilitou a sua integração ao centro dinâmico, estabeleceu a formação de uma elite empresarial e operária desvinculada das elites regionais. Essa desvinculação é resultado da grande penetração do capital multinacional e estatal direto e indireto, especialmente vinculados à indústria bélica e do operariado migrante. O quadro técnico qualificado formado nas instituições de ensino especializado e aproveitados nas indústrias de tecnologia intensiva, migraram para atividades de complementaridade produtiva, ocupando os espaços gerados para o novo empresariado que se formava. Quanto à mão-de-obra, a geração de milhares de postos de trabalho, e a exigência de qualificação, em curto período de tempo absorveu um contingente de trabalhadores que extrapolou a oferta regional. Esses trabalhadores, por possuírem uma cultura desprendida da região integraram-se na cultura do operariado urbano, quando já dele não faziam parte, vindos de regiões industrializadas, como o ABC paulista e a própria capital do estado, formando uma linha muito próxima da sociedade de classes da sociedade industrial.

No entanto, os efeitos da influência dessas elites sobre a região deram-se de forma variada. Ao longo do eixo de ligação principal, rodovia presidente Dutra, de forma mais direta, e à margem desta com relativa resistência. Mesmo nas cidades ao longo do eixo, as relações de classe foram dominadas por um neo-populismo, estabelecendo-se uma modernização produtiva e tecnológica sem no entanto modernizar-se os instrumentos de gestão, permanecendo à margem do processo produtivo a democratização das ações e atividades sociais. Essas relações são particularmente marcantes em Taubaté, Pindamonhangaba e Guaratinguetá. Paradoxalmente, as manifestações culturais populares tradicionais ganham uma sobrevida, já que a modernização conservadora não representa mudança cultural que fosse apreendida pelo conjunto da massa popular com vínculos tradicionais.

Com o fim da guerra fria e a implementação da terceira expansão capitalista, o processo de globalização virá estabelecer novos padrões de gestão e produção, caracterizados pelas novas demandas quanto a qualificação profissional e padrão tecnológico intensivo em capital. A falência da indústria bélica faz refluir em São José dos

⁸ Para essa caracterização baseamo-nos em: MÜLLER, N. L. **O fato urbano na bacia do Vale do Paraíba-trecho paulista**. São Paulo, Tese de Livre Docência em Geografia humana. FFLCH/USP, 1968.

Campos o crescimento da elite operária, limitando suas lutas ao campo institucional.

A combinação de incentivos locais com a dinâmica do capital, estabelecendo um mercado consumidor geograficamente mais amplo, faz com que a política de atração industrial resulte na instalação de indústrias em vários municípios ao longo do eixo da via Dutra. No entanto, esta não é suficiente para absorver a mão-de-obra excedente, permanecendo de forma marcante as relações de trabalho precárias.

Aliás, a política de incentivos para a atração de indústrias, com doações de áreas, serviços de terraplanagem e incentivos fiscais mostra-se insuficiente, atraindo muitas vezes indústrias de idoneidade duvidosa e mão-de-obra intensiva, acarretando com isso maiores custos de equipamentos públicos, pois as empresas não oferecem nenhum benefício aos funcionários, como transporte, convênio médico, etc. Também há que se considerar a pouca estabilidade das empresas que muitas vezes não efetivam a sua instalação nos municípios ou operam por curto período, como podemos observar no caso do município de Taubaté na tabela abaixo:

Período	Áreas doadas	Áreas retrocedidas	Áreas declinadas	Unidades em projeto	Unidades em obras	Unidades em funcionamento
1983-2000	154	55	38	22	03	36

Fonte: GEIN(Grupo de expansão industrial da prefeitura de Taubaté)

Como vemos, apenas 23% das empresas efetivamente instalaram-se e continuam operando até aquele momento, subindo para cerca de 40% se considerarmos que as empresas que estão em projeto de instalação e em obras efetivamente passem a entrar em operação. Ocorre que muitas dessas unidades pertencem à cadeia produtiva do setor automobilístico, com grande significação na região contando com três das maiores unidades do setor instaladas no Brasil. Isso quer dizer que essas empresas teriam necessariamente que instalar-se na região em função dos novos modelos de gestão (*just in time*), exigidos pelas empresas polarizadoras.

Da combinação dessas características, particularmente da prematura decadência da cultura cafeeira em relação à dinâmica do capital, estabelece-se uma herança cultural e patrimonial que possibilita a manutenção das relações sociais tradicionais e acumulação de excedentes econômicos locais muito baixa em contraposição a pólos de acumulação intensivos, criando uma grande distância entre elas, tornando ficção a existência de uma massa de rendimentos dentro de um padrão per capita.

Novas territorialidades e a assimilação das externalidades

Ao estabelecermos as relações centro-periferia como modo operatório da dinâmica do capital, podemos reproduzir essas relações indefinidamente dentro mesmo da região. Em outras palavras, a sucessão de centros dinâmicos regionais, como São José dos Campos, e sua periferia imediata, Caçapava, Paraibuna etc. Nas periferias, como cidades fora do eixo, as mesmas relações. O centro da cidade, onde geralmente existem patrimônio arquitetônico e cultural, e sua periferia, bairros rurais, com atrativos folclóricos ou áreas de interesse ecológico e de lazer.

Para o entendimento dessas relações temos que levar em conta as relações entre as novas dinâmicas reprodutivas de capital em termos de territorialidade e as possibilidades de assimilação das externalidades geradas pelos locais mais dinâmicos⁹.

Do exposto anteriormente, podemos concluir que a região do VPP possui um patrimônio histórico, cultural e ecológico que alinhava-se com todos os períodos econômicos do país. Dadas as características da expansão capitalista atual, o desafio que se coloca é a dinamização desse “patrimônio” como geração de excedente e apropriação do mesmo pela região.

É com base nesse desafio que colocaremos algumas questões sobre as condições de infra-estruturas, tratamento fiscal e de uma necessária articulação política regional. Nestes aspectos sobressai-se o papel dos poderes locais.

A consciência de que não é possível a dinamização econômica autônoma na sua totalidade é o pressuposto básico para o entendimento do atual ciclo expansionista do capital.¹⁰

Submetidos a essa condição, os espaços de iniciativas privadas locais ficam restritos à dinamização de atividades periféricas,

⁹ Adotamos aqui a noção de territorialidade discutida por: ESCOBAR, M. Territórios de dominação estatal e fronteiras nacionais: a mediação geográfica da representação e da soberania política. in: SANTOS, M; et alli (Org's). **Fim de século e globalização**. 3. ed., São Paulo, Hucitec-Anpur, 1997. pp. 83-102. Nele o autor identifica as distorções entre os discursos de país, pátria e nação, submetidas à dinâmica do capital. Neste contexto, o domínio do capital engloba o controle tecnológico e a sua aplicação de fora para dentro. Para o melhor entendimento das referências às externalidades, ver: COUTINHO, L.O desafio da competitividade sistêmica no Brasil. In: **Inserção na economia global: uma reapreciação**. São Paulo, Fundação Konrad Adenauer, 1997. pp. 101-128.

¹⁰As grandes corporações atuando em todas as áreas faz com que elas determinem as demandas da economia mundial e submete às suas necessidades os Estados nacionais. A respeito ver: MÜLLER, G. **Introdução à Economia Mundial Contemporânea**. São Paulo, PUC/Ática, 1987.

podendo-se traçar um quadro de generalização da subsistência. A alocação de recursos, escassos tanto no poder público quanto no privado, exige uma coordenação, que é inexistente, e, portanto, tende a se diluir sem a consolidação de renda.

Temos observado um sem número de micro empreendimentos, movidos pelo discurso fácil do neoliberalismo, corroer as poupanças familiares ou indenizações de trabalhadores em breve tempo e, com eles, o sonho de geração de renda independente, a partir de suas próprias iniciativas somente. É também verdadeira a alocação de recursos públicos visando subsidiar a instalação de empresas que, muitas vezes, não saem dos projetos ou, como indicado anteriormente, que operam num nível de geração de renda e emprego muito inferior ao prometido.

A cada movimentação de capital existe a sua apropriação pelos setores dinâmicos externos, numa relação centro-periferia que conduz o capital sempre ao centro. O rompimento dessa lógica perversa não está colocado no curto prazo, como exposto acima caracterizando a dinâmica atual. No entanto, é evidente que existem alguns fatores sistêmicos relevantes para implementar condições de competitividade, utilizando-se recursos que podem oferecer vantagens competitivas e efeitos de encadeamento.

A herança do período militar legou grandes empreendimentos e acesso ao VPP pelas principais e melhores rodovias do país. O setor aeroportuário regional também tem experimentado certa dinamização. Os poderes públicos locais, no entanto, tem limitada atuação na melhoria dos acessos locais. Em contrapartida, o transporte ferroviário poderia integrar-se mais dinamicamente às atividades econômicas, destacando também a estrutura portuária, com papel relevante para o setor de comércio exterior.

Nesse sentido, cabe delimitar o papel do setor público em algumas atividades. O setor de infra-estrutura, particularmente o de vias de transporte é o principal. Os investimentos em infra-estrutura poderiam ser viabilizados com a parceria entre os municípios e o Estado, incluindo-se a adoção de tratamento diferenciado e de projetos de fomento, levando-se em consideração as características locais e o padrão de renda da clientela que se quer atingir.

Conseqüentemente, a questão tributária estaria embutida nesse mapeamento. A partir dessas condições, os investimentos do setor privado regional seriam estimulados de acordo com as características locais, articulando as fontes de poupança e financiamento. Esses, cujos custos são extremamente elevados no Brasil, tem encontrado nos

poderes locais soluções criativas, com subsídios vinculados a projetos viáveis e acompanhados por técnicos qualificados.

Os municípios da região possuem determinados pólos de aglutinação de atividades econômicas, como nos mostra o quadro abaixo:

Quadro 1- Pólos de Aglutinação de Atividades Econômicas

Pólo Turístico e Agropecuário de Montanha da Mantiqueira
Campos do Jordão; Santo Antônio do Pinhal; Monteiro Lobato e São Bento do Sapucaí
Pólo Turístico e Agropecuário de Montanha da Serra do Mar
Cunha; Paraibuna; Jambeiro; Redenção da Serra; Lagoinha; Santa Branca; Natividade da Serra e São Luis do Paraitinga
Pólo Turístico e Agropecuário de Montanha da Serra da Bocaina
Arapeí; Lavrinhas; Areias; Queluz; Bananal; Silveiras; Cruzeiro e São José do Barreiro
Pólo Turístico E Religioso
Aparecida do Norte
Pólo Agropecuário
Cachoeira Paulista; Piquete; Guaratinguetá; Potim; Lorena e Roseira
Pólo Industrial e Agropecuário
Caçapava; São José dos Campos; Igaratá; Taubaté; Jacareí; Tremembé e Pindamonhangaba
Pólo Turístico Litorâneo
Caraguatatuba; São Sebastião; Ilha Bela e Ubatuba

Fonte:INTELECTA/SEBRAE-SP. Novos Rumos para o Vale do Paraíba e Litoral Norte do Estado de São Paulo (.sil, sid.)

É possível pelo quadro acima observar que é viável a cooperação entre os municípios e a articulação para que o fluxo da renda gerada na região intensifique-se dentro dela mesma e que consiga aumentar a atração da renda de fora da região.

Em que pese a renda gerada pelo setor industrial ser, muitas vezes, principalmente em volume, de filiais, cuja parcela da renda gerada não é aqui apropriada, a mesma pode ser gasta na sua maior parte na própria região, em produtos de alimentação, produtos industrializados e no lazer e turismo. Estes últimos podem ampliar a atração de receita externa à região, dinamizando para cima o nível de consumo a patamares razoáveis, ampliando os setores médios.

Para tanto se faz necessário que os poderes públicos locais tenham vontade política de realizarem projetos supra-municipais, a partir da união de esforços das lideranças locais, alavancando o desenvolvimento local e, principalmente, o setorial.

A dualidade regional, em que se tem, por um lado, a incorporação de conceitos de produção de última geração, e, por outro lado, atividades econômicas tradicionais, não prescinde do desenvolvimento de ciência e tecnologia para melhorar a produtividade e a eficiência dos serviços e produtos.

Para os setores de tecnologia de ponta, o nosso melhor exemplo é a indústria aeronáutica, que agrega pesquisa, desenvolvimento, formação de mão-de-obra qualificada, transferência de tecnologia e investimentos em atividades produtivas e de serviços, formando o pólo aeroespacial e sua cadeia produtiva. Outros setores industriais da região possuem também um elevado grau de desenvolvimento, como o setor automobilístico.

Por outro lado, como desenvolver os setores tradicionais, como a agricultura e o artesanato, ou então, como dinamizar os novos setores potenciais, como o turismo?

Aqui o papel do Estado na vida econômica pode adquirir um papel estratégico importante como promotor de uma utilização adequada e eficiente dos recursos naturais, humanos e financeiros.

Cabe a adequada caracterização das possibilidades, através da associação das instituições de ensino e pesquisa com os investidores e proprietários para dinamizar as atividades, dando ênfase na geração de bens de consumo de uso comum, viabilizando a transferência de excedentes externos para a região, utilizando-se as técnicas e tecnologias mais modernas possíveis e gerando o máximo de empregos no setor terciário.

Por outro lado, os ganhos devem ser o mais socializados possíveis, sendo que a formação de cooperativas pode se mostrar uma saída eficiente. Falamos aqui de cooperativas de investidores locais, do tipo “incubadora”, desenvolvendo-se modelos adequados para as atividades econômicas que se queira dinamizar. Nesse sentido, as instituições de ensino e pesquisa poderiam se consorciar aos investidores de uma maneira mais dinâmica, acelerando a produção de conhecimento e massa crítica, que retornaria para a sociedade numa proporção cada vez maior, gerando um desejável efeito de encadeamento.

Com relação a elevação da renda setorial, esta passa necessariamente pela qualificação de mão-de-obra e investimentos em

pesquisa e desenvolvimento. A região tem vivenciado a implantação de vários investimentos em qualificação de mão-de-obra em níveis diversos. No entanto, é preciso ressaltar que o enfoque, assim como em outras áreas, têm sido o de formação de “analfabetos funcionais” que, se por um lado qualificam-se para a execução de determinadas tarefas, não possuem formação para iniciativas criativas que possam utilizar produtivamente aspectos inexplorados. Aqui também a articulação do poder público levaria a uma dinamização da qualificação.

Por fim, há que se ter atenção com a atração de investimentos externos também para os setores mais tradicionais. As áreas de laser e turismo ecológico talvez sejam as mais promissoras. No entanto, deve-se ter claro que a apropriação dos excedentes serão, em parte, transferidos da região. Portanto, esses investimentos devem servir para alavancar investimentos locais, utilizando-se das características duais presentes em nosso organismo econômico.

Conclusão

Como vimos, são utópicos os desafios colocados, principalmente em razão da centralização do capital e da descentralização do poder político decisório. O que se torna necessário é a reconstrução do papel do Estado, com recuperação de sua capacidade ordenadora em uma dimensão coerente com suas possibilidades de ação. Tem-se claro que o velho Estado nacional desenvolvimentista, burocrático e vulnerável ao corporativismo está superado. Assim como é falso o dilema Estado versus Mercado.

O principal papel do Estado no desenvolvimento competitivo, na atual etapa, é o de promotor da competitividade em suas dimensões públicas, empresarial e setorial. Trata-se de induzir os agentes a adotar comportamentos inovadores e cooperativos, essenciais ao fortalecimento da competitividade.

Na ausência da liderança organizadora do Estado, os interesses particulares tendem a leiloar suas decisões de localização de novos investimentos, induzindo a uma indesejável concorrência predatória no plano sub-regional.

É crucial nessa articulação a participação de todos os agentes na formulação de estratégias coletivas consistentes, visando dar suporte à coesão social que constituem a base para o aumento da produtividade e da competitividade, isto nos remete para a discussão das condições do exercício da cidadania e da participação popular na gestão de políticas públicas em um regime democrático-burguês, o que seria tema para outro artigo.

Indicações Bibliográficas

CANO, W. **Raízes da Concentração Industrial em São Paulo**. São Paulo, Hucitec, 1990.

COUTINHO, L. O Desafio da Competitividade Sistêmica no Brasil. In: **Inserção na Economia Global: Uma Reapreciação**. São Paulo, Fundação Konrad Adenauer, 1997.

ESCOBAR, M. Territórios de Dominação Estatal e Fronteiras Nacionais: A Mediação Geográfica da Representação e da Soberania Política. In: SANTOS, Milton; et alli(Org's). **Fim de Século e Globalização**. São Paulo, Hucitec/Anpur, 1997.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo, Nacional, 1998.

HERRMANN, L. **Evolução da Estrutura Social de Guaratinguetá num Período de Trezentos Anos**. São Paulo, IPE/USP, 1986.

INTELECTA/SEBRAE-SP, **Novos Rumos para o Vale do Paraíba e Litoral Norte do Estado de São Paulo**, sid, sil.

MARTINS, J. S. **O Cativoiro da Terra**. São Paulo, Hucitec, 1987.

PEREIRA, L. C. B. **Economia Brasileira-Uma Introdução Crítica**. São Paulo, Brasiliense, 1986.

MEIHY, J. C. S. B. **Vale de lágrimas: História da Pobreza em Taubaté**. Tese de Livre Docência, São Paulo, FFLCH/USP, 1982.

MÜLLER, G. **Introdução à Economia Mundial Contemporânea**. São Paulo, PUC/Ática, 1987.

MÜLLER, N. L. **O Fato Urbano na Bacia do Vale do Paraíba-Trecho Paulista**. Tese de Livre Docência em Geografia Humana. São Paulo, FFLCH/USP, 1968.

NASCIMENTO, B. H. **O Desenvolvimento e seu Modelo**. São Paulo, IEB/USP, 1986.

SUZIGAN, W. **Indústria Brasileira**. Origem e Desenvolvimento. São Paulo, Hucitec/UNICAMP, 2000.